

Assunto: Menção ao Poder Judiciário estadual	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Local	Seção/Repórter:
Página: A4	Data: 26/02/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

ARAÇOIABA

Verba de R\$ 82 mi para novo presídio



Curado receberá melhor infraestrutura

O Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça, e o governo do estado anunciaram ontem que foram assegurados R\$ 82 milhões para construção do presídio de Araçoiaba. A unidade terá 2.574 vagas. O estado dará contrapartida de R\$ 37 milhões.

Ontem, uma comitiva de representantes do departamento, da Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário e governo do estado visitou o Complexo do Curado e anunciou um pacote de medidas para minimizar os problemas do sistema.

Quarenta e oito defensores públicos de Pernambuco e outros estados começam, na segunda-feira, a atender detentos do complexo. Eles vão atuar até o dia 13 de março nos pedidos de liberdade e benefícios dos presos.

Segundo o diretor-geral do Depen, Renato Campos, as ações também incluem doação de equipamentos de segurança, como raio x, detectores de metal e veículos-cela, requalificação de servidores, implementação de audiência de apresentação e a melhoria das unidades de saúde do complexo.

Segundo o diretor-geral do Depen, Renato Campos, as ações também incluem doação de equipamentos de segurança, como raio x, detectores de metal e veículos-cela, requalificação de servidores, implementação de audiência de apresentação e a melhoria das unidades de saúde do complexo.

O secretário de Justiça e Direitos Humanos, Pedro Eurico, disse que as reformas na estrutura e a instalação da central de monitoramento devem começar em março e estão orçadas em R\$ 16,3 milhões.

“

Com essas medidas de médio e longo prazo, a situação vai melhorar”

Renato Campos, diretor-geral do Depen

Assunto: TJPE vai criar Vara de Violência contra a Mulher em Caruaru e Petrolina	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Capa Dois	Seção/Repórter: Repórter JC
Página: 2	Data: 26/02/2015

jornal do  commercio

Mulher

Tribunal de Justiça pretende criar uma Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas comarcas de Caruaru e de Petrolina. O projeto de lei acaba de ser aprovado pela CCLJ da Alepe.

Assunto: Menção ao Juizado do Torcedor	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Esportes	Seção/Repórter:
Página: 1	Data: 26/02/2015

jornal do  commercio

Dez detidos por depredar ônibus



Caíra Matros/JC Imagem

VÂNDALOS Alvirrubros foram detidos pela polícia após atos de vandalismo

Devido ao baixo público do Clássico das Emoções – menos de cinco mil torcedores estiveram presentes na Arena Pernambuco na noite de ontem para o duelo entre Náutico e Santa Cruz –, a chegada dos torcedores ocorreu sem grandes problemas nas estações de metrô da Região Metropolitana do Recife. No entanto, na saída, dez torcedores alvirrubros foram detidos por quebrarem a porta traseira e vidros de um ônibus que fazia transporte do estádio até a estação Cosme e Damião.

Até o fechamento desta edição, não havia informações se os detidos seriam levados para o Juizado do Torcedor da Arena Pernambuco. Apesar desse incidente, antes do jogo nenhum tumulto foi registrado. Desde às 19h, a reportagem do **JC** acompa-

nhou a movimentação nos principais terminais integrados da cidade.

Ao todo, a Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) escalou um efetivo de 76 profissionais para as 19 estações de metrô, cada uma contendo quatro oficiais. No Terminal Cosme e Damião, destinado ao transporte da torcida do Náutico, 10 ônibus estiveram à disposição dos alvirrubros, mas apenas três foram utilizados.

No trajeto até a Arena Pernambuco, em São Lourenço da Mata, fiscais do Grande Recife realizaram a escolta do grupo. Já no Terminal Rodoviário (TIP), cinco ônibus aguardaram os tricolores, mas nenhum chegou a ser utilizado até o começo do jogo, às 22h.

Na volta, com o metrô fechado, os torcedores pegaram ônibus da Arena direto para o Cais de Santa Rita.

Assunto: OAB x ALEPE: ação na Justiça estadual	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção/Repórter: pinga-fogo
Página: 6	Data: 26/02/2015

jornal do  commercio



A OAB-PE foi à Justiça contra a reeleição de Guilherme Uchoa (PDT) à presidência da Alepe. E incluiu o deputado Eriberto Medeiros (PTC), na 4ª secretaria pela terceira vez. A coluna ontem disse que a ação tinha virado lenda. Mas a OAB-PE mostra: a ação prometida por seu presidente, Pedro Henrique Reynaldo, não virou lenda. Só demorou três semanas.

Assunto: OAB x ALEPE: ação na Justiça estadual	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção/Repórter: pinga-fogo
Página: 6	Data: 26/02/2015

jornal do  commercio

Após adiamentos, OAB aciona Uchoa

LEGISLATIVO A Ordem dos Advogados pediu na Justiça estadual a anulação da quarta reeleição do presidente da Alepe e da segunda recondução de Eriberto Medeiros à 4ª secretaria

Maria Regina Jardim
mviana@jc.com.br

Quase um mês depois da eleição interna na Assembleia Legislativa, a OAB-PE entrou ontem com uma ação civil pública na Justiça estadual buscando anular a quarta reeleição do presidente da Alepe, Guilherme Uchoa (PDT), e a segunda recondução do 4º secretário, Eriberto Medeiros (PTC). Na ação, a OAB alega inconstitucionalidade das reeleições de ambos em razão da Emenda à Constituição Estadual nº 33, de 2011, que proíbe mais de uma recondução para os cargos da mesa a partir daquele ano.

O processo foi distribuído para a 2ª Vara da Fazenda Pública do Recife e traz um pedido de liminar para que Uchoa e Medeiros sejam afastados dos cargos imediatamente até a decisão final. O juiz responsável pelo caso, Évio Marques da Silva, determinou um prazo de 10 dias para que os réus se manifestem sobre o pedido liminar. Só então vai decidir se afastará ou não os deputa-



UCHOA “Estou convicto de que meu direito é líquido e certo”

dos.

Antes da eleição interna na Alepe, em 1º de fevereiro, o presidente da OAB-PE, Pedro Henrique Reynaldo, havia dito que entraria “no dia seguinte” com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) caso Uchoa fosse reeleito. Com a confirmação da reeleição, porém, a entidade adiou por quatro vezes a entrada da

ação na Justiça.

Ontem, Pedro Henrique justificou que a demora se deu em razão da mudança do tipo de ação. Em vez de uma Adin, a OAB optou por uma ação civil pública com o argumento de que a primeira teria um “caminho mais complexo e sofisticado”. “Numa Adin é mais cabível a discussão de um assunto em tese, não de um caso

concreto”, explicou Reynaldo. “Como estamos nos referindo a um caso bastante específico, que é a EC 33, o conselho pleno da OAB-PE optou pela ação civil pública por unanimidade”, afirmou.

Após sessão na Alepe, ontem, Uchoa afirmou que a ação da OAB é uma oportunidade de afastar qualquer dúvida sobre a legitimidade de sua reeleição. “Estou absolutamente convicto de que meu direito é líquido e certo”, disse.

A controversa Emenda Constitucional 33, de 2011, é a principal causa do embate entre a OAB e a Alepe, desde o final do ano passado, quando Guilherme Uchoa começou a se articular para garantir um novo mandato na presidência da Casa. A EC 33 veda a segunda reeleição de um deputado em qualquer cargo da Mesa Diretora, para garantir a alternância de poder. “O deputado Guilherme Uchoa alega que a vedação só valeria nos mandatos seguintes à emenda e, por isso, se vê no direito de se reeleger este ano e ainda no próximo biênio”, esclareceu Pedro Henrique Reynaldo.

Clemilson Campos/Acervo JC Imagem

Assunto: Mutirão para reduzir conflitos em presídios	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção/Repórter: pinga-fogo
Página: 2	Data: 26/02/2015

jornal do  commercio

Mutirão para reduzir conflitos em presídios

SISTEMA PRISIONAL Defensores se reúnem a partir de segunda para avaliar situação do Complexo do Curado. No 2º semestre, detidos serão levados a um juiz antes da prisão

A fim de amenizar os sucessivos conflitos que vêm ocorrendo no Complexo Prisional do Curado (antigo Aníbal Bruno), no Sanchão, Zona Oeste do Recife, uma série de medidas serão adotadas no Estado. De 2 a 13 de março, 48 defensores públicos de todo o Brasil vão atuar em conjunto para atender a 7 mil apenados do complexo, avaliando quais já deveriam estar em liberdade. No segundo semestre, passam a funcionar audiências de custódia, para que o autuado em flagrante seja levado imediatamente a um juiz e este avalie a necessidade de encarceramento.

As ações foram acordadas em encontro entre representantes de órgãos de execução penal e defesa dos direitos humanos nacionais e locais, que visitaram os presídios e conversaram com o governador Paulo Câmara em busca de soluções para as unidades.



Alexandre Gondim/JC Imagem

SUPERLOTAÇÃO Complexo do Curado tem capacidade para 2.114 detentos e abriga 6.824

“Encontramos uma situação muito degradante. As pessoas estão jogadas ali como animais, sem tratamento de saúde e a maior reclamação é a falta de assistência jurídica. A Defensoria Sem Fronteiras (que une defensores de todo o País diante de casos mais graves) vai ajudar”, salienta a presidente do Colégio de Defensores Gerais do Brasil (Condege), Andrea Coelho.

Defensor público-geral do Estado, Manoel Jerônimo de Melo Neto afirma que os presos não recebem a devida assistência por falta de pessoal. “Estima-se que 40% dos apenados deveriam estar fora dos presídios, mas temos apenas oito defensores em ação no sistema penitenciário estadual e vara de execuções, o mínimo necessário seriam 30”, destaca. “São 246 profissionais e o déficit é de 300.”

Um concurso público para 20 vagas está em andamento e, segundo Jerônimo, há negociação para se aumentar para 80. “As provas finais serão em março e em julho deve sair a nomeação. Aí daremos prioridade aos presídios”, observa, reconhecendo que o déficit vai continuar. “É um problema de décadas, que muitos governos empurraram com a barriga, mas o atual está disposto a encarar.”

Já as audiências de custódia começaram a vigorar em São Paulo (que tem 45% dos presos



do País) esta semana. “No primeiro dia, de 25 pessoas ouvidas pelo juiz, 17 foram colocadas em liberdade”, informa o juiz auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luís Lanfred. “A ideia não é colocar bandido na rua, mas evitar que pessoas entrem no presídio por pequenos delitos e saiam mais perigosas. É uma política adotada em todos os países sul-americanos e na maioria dos europeus.”

Outra medida será a doação, pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, de detectores de metais, sendo 22 do tipo pórtico, 77 do tipo manual, 33 do tipo banquetta, seis aparelhos de raio-X e veículos para transporte dos presos. Com ajuda financeira da União, o governo se comprometeu a aparelhar unidades de saúde do complexo, do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, Barreto Campelo, Igarassu e Centro de Triagem (Cotel). E investir em capacitação dos presos e acelerar reforma e construção.

“É uma concertação dos poderes judiciários nacional e estadual, Depen, governo do Estado e Ministério Público para enfrentar o problema”, salienta o secretário estadual da Justiça e Direitos Humanos estadual, Pedro Eurico.

Assunto: Paralisação dos servidores do TJPE	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção/Repórter: pinga-fogo
Página: 2	Data: 26/02/2015

jornal do  commercio

Justiça estadual para por 24 horas

Os servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) decidiram cruzar os braços hoje, para reivindicar melhorias no plano de cargos e carreiras e na progressão funcional da categoria. Por causa da paralisação, que vai durar 24 horas, a maior parte dos serviços oferecidos nos fóruns do Estado será interrompida. Em um mês, esta já é a segunda vez que a categoria decide parar as atividades.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Pernambuco, Eliseu Magno, a paralisação é uma resposta à indefinição do Judiciário sobre a implementação da progressão funcional. “Já estamos em negociação há um ano e até agora não tivemos resultados sobre o principal pleito da categoria, que é o novo plano de valorização da carreira”, explica



PARADA Todas as unidades do tribunal devem ser atingidas

Eliseu Magno.

A categoria também reclama que o plano de cargos e carreiras que está em vigor oferece poucas oportunidades de crescimento e aumen-

to salarial. “Entre todos os tribunais do País, somos os servidores que recebem o menor vencimento-base. Por conta disso, desde o ano de 2007, mais de dois mil servi-

dores já deixaram o órgão. Essa evasão acarreta problemas na qualidade do serviço prestado à população”, argumenta o presidente do sindicato.

URGENTE

A paralisação de hoje deve afetar todas as unidades do Tribunal de Justiça no Estado. Segundo o sindicato, serão realizados apenas os serviços urgentes e inadiáveis, como questões relativas à saúde e réus presos. Os serviços devem ser normalizados amanhã, quando também deve acontecer uma nova reunião entre representantes dos servidores e dirigentes do Tribunal de Justiça.

Os rumos da paralisação devem ser definidos na próxima quinta-feira (5), em uma assembleia no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, área central do Recife.

Priscilla Buhr/Acervo JC Imagem

Assunto: OAB X ALEPE: ação na Justiça estadual	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Últimas Notícias	Seção/Repórter: Fogo Cruzado/Inaldo Sampaio
Página: 2	Data: 26/02/2015



■ **LIMINAR - É**
improvável que a
OAB-PE consiga
liminar na justiça
estadual pelo
afastamento de
Guilherme Uchoa
(PDT) da presidência
da Alepe e de
Eriberto Medeiros
(PTC) da 4ª
secretaria.

Assunto: OAB X ALEPE: ação na Justiça estadual	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção/Repórter:
Página: 4	Data: 26/02/2015



Ordem também quer afastamento de Eriberto Medeiros

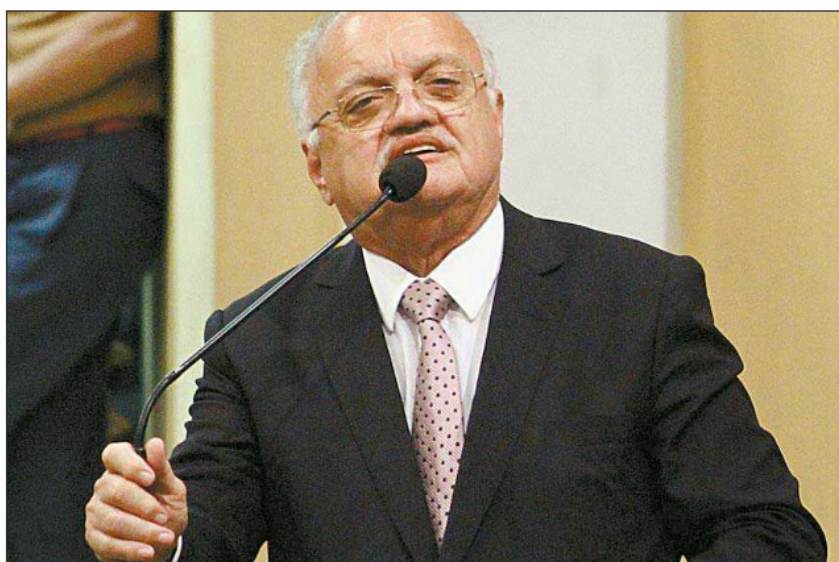
OAB ajuíza ação contra reeleição de Uchoa

■ **LIMINAR** pede que deputados sejam afastados imediatamente dos cargos, mas juiz disse que só julgará depois de ouvir réus

TAUAN SATURNINO

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Pernambuco (OAB-PE), ajuizou ontem uma ação civil pública, no âmbito da Justiça estadual, contra a quarta reeleição consecutiva do deputado estadual Guilherme Uchoa (PDT) para o cargo de presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), bem como à segunda reeleição do quarto secretário da Alepe, Eriberto Medeiros (PTC). O processo de número 0008758-92.2015.8.17.0001 foi distribuído para a 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual com o objetivo de anular a homologação das candidaturas e a subsequente eleição dos dois parlamentares, alegando vício de inconstitucionalidade.

A ação da OAB-PE também trouxe um pedido de liminar



CALMO, Guilherme diz que pedido é bom, pois vai provar situação de legalidade

Folha resume

Após ameaçar entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a 4ª reeleição de Uchoa para a presidência da Alepe, a OAB mudou de estratégia: optou por ajuizar uma ação civil pública. O argumento do presidente da entidade para a mudança é que se trata de uma ação muito específica.

Adin serve para impugnar normas gerais. No caso con-

peitado o princípio da alternância no poder, concretiza-

Saiba mais

LEI - O parágrafo 9º do artigo 7º da Constituição de Pernambuco proíbe o terceiro mandato consecutivo para um mesmo cargo na Mesa Diretora da Alepe. Entretanto, a procuradoria da Assembleia emitiu um parecer, no início do ano, entendendo que essa regra não se aplicaria à

com o objetivo de que os deputados sejam afastados imediatamente dos cargos. Entretanto, o juiz responsável, Evio Marques, decidiu que julgaria o pedido de liminar somente após ouvir os réus, o que inclui, além dos dois deputados, a própria Assembleia Legislativa de Pernambuco enquanto pessoa Jurídica.

O presidente da OAB-PE, Pedro Henrique, disse que a Ordem optou por ingressar com uma ação civil pública ao invés de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) por entender que a eleição de Guilherme Uchoa e Eriberto Medeiros é uma circunstância restrita à Alepe. “A

creto tivemos uma situação muito específica da Alepe e, por este motivo, a OAB achou que uma Adin poderia não ser admitida”, comentou.

A impetração da ação foi deliberada por votação unânime na sessão do Conselho Pleno da OAB-PE, realizada na noite da segunda-feira (23). De acordo com Pedro Henrique, a reeleição destes deputados fere a emenda Nº 33/2011 da Constituição de Pernambuco, que proíbe duas reeleições consecutivas para cargos da Mesa Diretora da Alepe. “A ação proposta visa defender a Constituição do Estado de Pernambuco, uma das missões primordiais da OAB-PE, para que seja res-

do pela Emenda nº 33/2011 em relação às eleições da direção da Alepe”, destacou.

TRANQUILIDADE

Ao ser questionado sobre a ação movida pela OAB-PE, Guilherme Uchoa se mostrou tranquilo e disse considerar positiva a ação movida pela entidade, pois ofereceria a oportunidade, de provar de modo definitivo, que sua reeleição estaria dentro da legalidade. O pedetista também falou que se encontraria hoje com seus advogados para tratar da questão e disse acreditar que a procuradoria da Alepe se posicionará favoravelmente à sua reeleição.

“Aceito tudo isso com muita

eleição do primeiro biênio da 18ª Legislatura, o que permitiu a eleição de Guilherme Uchoa e Eriberto Medeiros.

naturalidade. Não tenho dúvidas sobre a legalidade e a legitimidade do meu mandato. Meu direito é líquido e certo. Amanhã (hoje), pela manhã, estarei com meus advogados. Não tenho conhecimento do teor do processo da OAB-PE, mas como o assunto é jurídico vou aguardar a decisão da justiça. É importante que a OAB-PE faça isso para que se tire qualquer dúvida da legalidade”, afirmou.

Assunto: OAB X ALEPE: ação na Justiça estadual	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção/Repórter: Folha Política/Renata Bezerra de Melo
Página: 4	Data: 26/02/2015



Ação tardia resgata sequelas

A ação que a OAB-PE protocolou, na Justiça estadual, com o objetivo de impugnar as reeleições do presidente da Alepe, Guilherme Uchoa e do 4º secretário, Eriberto Medeiros, chega tardiamente. A despeito de o assunto ser antigo e vir sendo debatido pela Ordem desde a legislatura passada, a iniciativa, tão alardeada, durou quase um mês para ser consolidada. O processo, distribuído para a 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, de número 0008758-92.2015.8.17.0001 - que visa a anular os atos de homologação das candidaturas, alegando “vício de inconstitucionalidade” - surge quando o debate já esfriou e a pressão, outrora exercida sobre o presidente, que comanda a Alepe pela quinta vez consecutiva, já não resiste mais. A ação, que traz pedido de liminar para que sejam afastados dos cargos os réus, entretanto, traz de volta à pauta os problemas na condução política da gestão Paulo Câmara, que cercaram o referido processo eleitoral, deixando sequelas.

A ELEIÇÃO
da Mesa Diretora da Alepe ocorreu no último dia primeiro de fevereiro. A OAB-PE deixou passar o Carnaval e a poeira baixar

Assunto: Homenagem ao presidente do TJPE e a juiz	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Programa	Seção/Repórter: Persona/Roberta Jungmann
Página: 2	Data: 26/02/2015



HOMENAGEADOS

O presidente do Tribunal de Justiça, Frederico Neves, e o juiz Humberto Vasconcelos serão homenageados no almoço do Gere hoje, no Boi e Brasa. O mundo jurídico comparece em peso. Humberto na sexta deverá ser alçado ao cargo de desembargador, por merecimento.

Assunto: Escolha de novo desembargador	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Programa	Seção/Repórter: Persona/Roberta Jungmann
Página: 2	Data: 26/02/2015



SERÁ ELE?

Waldemir Tavares Albuquerque, promotor que figura na lista sêxtupla para do Ministério Público, é o nome mais cotado para ser “alçado” ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Ele é cunhado do atual desembargador Stênio Neiva. Em tempo: a escolha da lista tríplice pelo Tribunal de Justiça não se dará nesta sexta, como a coluna informou, e sim em data a ser marcada por Frederico Neves.

Assunto: OAB x ALEPE: ação na Justiça estadual	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 26/02/2015
Editoria:	Seção:



OAB entra com ação contra a reeleição de Uchoa



Quase um mês após a eleição para a composição da nova Mesa Diretora de Pernambuco, ocorrida em 1º de fevereiro, a Ordem dos Advogados de Pernambuco, seccional Pernambuco, ajuizou uma ação civil pública na Justiça estadual contra a quarta reeleição consecutiva do presidente Guilherme Uchoa (PDT) e a segunda reeleição do 4º secretário Eriberto Medeiros (PTC).

O processo nº 0008758-92.2015.8.17.0001, distribuído para a 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, visa anular os atos de homologação das candidaturas e consequente eleições dos dois parlamentares, por vício de inconstitucionalidade.

A ação traz pedido de liminar para que sejam, desde já, sustados os efeitos dos atos impugnados e, por consequência, afastados os réus dos cargos de presidente e 4º secretário da Alepe, até julgamento final da ação.

A redação da petição inicial teve a participação dos integrantes da Comissão de Estudos Constitucionais (CEC), e a impetração foi deliberada por votação unânime na sessão do Conselho Pleno da OAB-PE, realizada na noite da segunda-feira (23).

Na ocasião, o jurista Glauco Salomão Leite, integrante da CEC da OAB-PE, apresentou argumentações detalhadas da ação, que respaldam a inconstitucionalidade da reeleição dos dois deputados para os citados cargos da Mesa Diretora.

“A ação proposta visa defender a Constituição do Estado de Pernambuco, uma das missões primordiais da OAB, para que seja respeitado o princípio da alternância no poder, concretizado pela Emenda nº 33/2011 em relação às eleições da direção da Alepe”, destacou o presidente da OAB-PE, Pedro Henrique Reynaldo Alves.

De acordo com ele, a inconstitucionalidade da reeleição do deputado Guilherme Uchoa, pela quinta legislatura consecutiva, “já tinha sido confirmada pela CEC, presidida pelo jurista Ivo Dantas, em parecer encaminhado para a Alepe”.

Assunto: Paralisação dos servidores do TJPE	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 26/02/2015
Editoria:	Seção:



a luta continua

Judiciário de Pernambuco realiza paralisação nesta quinta-feira

Os servidores do Judiciário de todo o estado realizam paralisação, nesta quinta (26) em todo o Estado. Haverá concentração em frente ao Fórum do Recife, que contará com carro de som, como também nos demais fóruns de Pernambuco.

Os servidores explicam que a iniciativa é continuidade das ações em prol da luta pela progressão funcional. A assembleia ainda acontece em 5 de março.

Assunto: OAB x ALEPE: ação na Justiça estadual	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 26/02/2015
Editoria:	Seção:



Alepe X OAB



Foto: BlogImagem

Mais de 20 dias depois de o deputado estadual Guilherme Uchoa (PDT) ser reconduzido à presidência da Assembleia Legislativa de Pernambuco pela quinta vez, a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Pernambuco (OAB-PE), ingressou com uma ação judicial para impedir a reeleição do parlamentar. O processo também tem o objetivo de impugnar a recondução do deputado Eriberto Medeiros ao cargo de 4º secretário, pela terceira vez. A OAB-PE ajuizou uma ação civil pública na manhã desta quarta-feira (23).

O objetivo do processo é anular os atos de homologação das candidaturas e consequentemente as eleições dos deputados, por vício de inconstitucionalidade. A ação traz pedido de liminar para que sejam interrompidos os efeitos dos atos impugnados e, por consequência, afastados os réus dos cargos de presidente e 4º secretário da Alepe, até julgamento final da ação.

LEIA TAMBÉM:

O jurista Glauco Salomão Leite, integrante da Comissão de Estudos Constitucionais (CEC), apresentou argumentações detalhadas da ação para respaldar a inconstitucionalidade da reeleição dos dois deputados.

O processo foi distribuído para a 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual e tombado sob o nº 0008758-92.2015.8.17.0001.

A redação da petição inicial teve a participação dos integrantes da Comissão de Estudos Constitucionais (CEC), e a impetração foi deliberada por votação unânime na sessão do Conselho Pleno da OAB-PE, realizada na noite da segunda-feira, dia 23.

“A ação proposta visa defender a Constituição do Estado de Pernambuco, uma das missões primordiais da OAB, para que seja respeitado o princípio da alternância no poder, concretizado pela Emenda nº 33/2011 em relação às eleições da direção da Alepe”, destacou o presidente da OAB-PE, Pedro Henrique Reynaldo Alves.

Ele lembra que a inconstitucionalidade da reeleição do deputado Guilherme Uchoa, pela quinta legislatura consecutiva, já tinha sido confirmada pela CEC, presidida pelo jurista Ivo Dantas, em parecer encaminhado para a Alepe.

Guilherme Uchoa venceu a disputa interna na Alepe com os votos de 38 dos 49 deputados.

A assessoria da Alepe foi procurada, mas afirmou que não iria se posicionar sobre a postura da OAB.

Assunto: TJ anula projeto que antecipou eleição da direção da Câmara de Gravatá, PE	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 26/02/2015
Editoria:	Seção:



TJ anula projeto que antecipou eleição da direção da Câmara de Gravatá, PE

Decisão ocorre porque o projeto não foi totalmente lido em reunião de 2013. Porém, votação do PL pode ocorrer de novo, segundo o juiz da comarca local.

O juiz Rafael Souza Cardozo anulou o projeto de lei que antecipou para 2013 a eleição que definiu a diretoria da Câmara de Vereadores de Gravatá do biênio 2015-2016. A decisão judicial foi publicada nesta quarta-feira (25) e ocorreu na comarca local vinculada ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). No entanto, há a possibilidade de recurso.

O magistrado destaca na sentença que, após analisar atas de novembro de 2013, verificou que o PL não foi lido por completo, como determina o artigo 126 do Regimento Interno da Casa. Na "mídia em áudio juntado pela Câmara Municipal relativa à reunião do dia 12.11.2013 (...) é possível ouvir que somente houve leitura do art. 1º do Projeto de Resolução 019/2013, não tendo sido lido o art. 2º que prevê o prazo da entrada em vigor e a revogação das disposições em contrário" (sic), registrou. Ainda segundo o juiz, o presidente da Casa, Pedro Martiniano, foi alertado desta falta, mas "submeteu [o projeto] à votação".

Analisando a situação, o juiz diz entender "que, de fato, houve ofensa às previsões previstas na Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara de Gravatá" (sic). O magistrado igualmente ressalta que, em reuniões, não houve manifestações das comissões de vereadores destinadas a avaliar o projeto de lei, bem como não existem menções sobre possíveis análises por parte desses grupos na ata da aprovação. Nossa redação contatou a defesa de Pedro Martiniano, mas sem sucesso. E tentou contato com o setor jurídico da Casa, para explicar o procedimento que pode ser tomado, porém, igualmente sem êxito.

PL pode ser votado de novo

O vereador Luiz Prequé, um dos que acionaram a Justiça, afirmou ao G1 que a eleição deveria ocorrer no fim do ano de 2014, como determinaria o artigo 20 do Regimento Interno da Câmara de Gravatá, no entanto, devido à aprovação, foi realizada em dezembro de 2013 e reelegeu Pedro Martiniano.

O PL 019/2013, contudo, poderá ser analisado novamente. Rafael Souza Cardozo esclarece que a anulação "não obsta que a Câmara dos Vereadores de Gravatá submeta

novamente o referido projeto à votação pelo plenário, desde que observado o procedimento previsto no Regimento Interno da Casa".

Assunto: Força-tarefa com 48 defensores virá a PE para atuar em complexo prisional	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 26/02/2015
Editoria:	Seção:



Força-tarefa com 48 defensores virá a PE para atuar em complexo prisional

Medida foi anunciada nesta 4ª pelo Departamento Penitenciário e Estado. Conjunto de presídios do Recife teve série de rebeliões no início deste ano.



O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e o Governo de Pernambuco apresentaram, nesta quarta-feira (25), um conjunto de medidas em apoio ao sistema carcerário estadual, que no início deste ano registrou uma série de rebeliões violentas deixando mortos e dezenas de feridos. Entre as principais ações de curto prazo, estão a vinda de 48 defensores públicos – que já chegam ao Recife na próxima semana para atender aos detentos do Complexo do Curado –, e a doação de equipamentos de segurança.

O Complexo do Curado (antigo Aníbal Bruno), na Zona Oeste da capital, foi denunciado à Comissão Internacional de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2011. Desde então, instituições em defesa dos direitos humanos contabilizaram mais de 265 denúncias de atos violentos no conjunto de presídios – o maior do estado.

O governo estadual já havia acionado o Ministério da Justiça, ao qual o Depen está ligado, após as últimas ocorrências no Complexo do Curado. O órgão já monitora as ações do Estado em resposta à OEA e, nesta quarta, fez uma inspeção na unidade prisional. Representantes do Departamento Penitenciário ainda participaram de reuniões técnicas com membros do Executivo, da Justiça e Defensoria Pública, que resultaram no conjunto de medidas anunciado.

A força-tarefa com 48 defensores de vários estados brasileiros chegará na próxima segunda-feira (2) para fazer atendimento e revisão dos processos de quase 7 mil detentos do Complexo do Curado. A ação, financiada pelo Depen, ocorrerá até 13 de março, podendo ser esticada para o interior do estado. "Em contrapartida, esperamos que o governo estruture a Defensoria Pública", apontou o diretor do Depen, Renato de Vitto. O que foi acordado é que a Defensoria vai estudar a possibilidade de nomear novos defensores no estado e classificar os que devem atuar dentro das unidades prisionais.

Renato de Vitto também destacou outra ação emergencial: a doação, nas próximas semanas, de equipamentos de segurança para o complexo. Serão fornecidos pelo Depen ao estado 22 detectores tipo pórtico, 77 detectores tipo manual, 33 detectores tipo banqueta e seis aparelhos de raio-x.

O secretário estadual de Justiça e Direitos Humanos, Pedro Eurico, apontou que a primeira etapa das obras no Complexo do Curado, no valor de R\$ 6,5 milhões, deve começar no próximo mês. "Será implantada uma central de monitoramento por sistema de câmeras das três unidades, além de reforma nos muros. A segunda etapa custará R\$ 9,8 milhões e dará continuidade ao trabalho nos pavilhões, cozinha, luz, esgoto, entre outros", informou.

Audiência de apresentação

Ainda dentro do conjunto de medidas está a proposta de o Tribunal de Justiça de Pernambuco implantar a audiência de apresentação dos presos em flagrante, o que já deveria ocorrer segundo pactos internacionais. Atualmente, uma pessoa presa em flagrante é levada para ser autuada em uma delegacia, tem o auto analisado por um juiz e depois segue para o Centro de Triagem (Cotel), em Abreu e Lima, Grande Recife. Muitas vezes, ela acaba sendo levada para um presídio, onde vai aguardar o julgamento. É o chamado preso provisório.

Segundo o Depen, atualmente, 61% dos presos em Pernambuco são provisórios, um percentual acima da média nacional de 41%. Com a audiência presencial, o preso em flagrante terá, dentro de 24 horas, uma audiência presencial com um juiz criminal, acompanhado pela defesa. "O juiz, então, vai analisar se o preso pode responder em liberdade, seguindo algumas condições, como reclusão nos finais de semana até o uso da tornozeleira eletrônica, ou se ele deve ficar preso provisoriamente. É um aprimoramento do processo decisório de aplicação de alternativa penal ou prisão provisória", explicou o diretor do Depen, Renato de Vitto.

Ele acrescentou que ainda não há previsão para a Justiça implementar a audiência presencial, mas acredita que isto deve ocorrer nos próximos meses. Para que a medida

funcione da maneira correta, também foi pactuado que o Estado, com apoio de recursos federais, dê suporte para o controle do cumprimento das condições fixadas judicialmente, comprando tornozeleiras, por exemplo. Essa medida foi aplicada pela Justiça do Maranhão, estado que sofreu, ano passado, com rebeliões violentas no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Emergência no sistema penitenciário

Em janeiro, o governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), declarou estado de emergência no sistema penitenciário e determinou intervenção do Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga, que está com as obras paradas há cerca de um ano e meio. Em nota, o Executivo Estadual destacou que "tais medidas se dão em face à atual situação de tensão vivenciada no sistema prisional".

No início do ano, o Complexo do Curado, maior de Pernambuco, registrou uma rebelião que durou três dias, deixando o saldo de três mortos e dezenas de feridos. Um sargento da PM foi assassinado durante o motim e um dos detentos foi decapitado. Os três presídios do Curado têm capacidade para 1.800 presos, mas atualmente abrigam 7.000.



Presos reclamaram de demora no julgamento dos processos (Foto: Reprodução/ TV Globo)

Veja outras medidas anunciadas para o sistema prisional de Pernambuco:

- Aprimoramento fluxo do julgamento de processos de execução penal e criação de estruturas de apoio para a otimização das rotinas cartorárias pelo TJPE, com apoio do CNJ;
- Aceleração das obras no Complexo de Araçoiaba para a construção de 2.754 vagas. Hoje, são três presos para uma vaga. O governo federal dará R\$ 82 milhões e o estado 37 milhões;
- Implantação de programa de manutenção continuada e reforma dos estabelecimentos prisionais pelo governo;

- Implantação de programa de recomposição gradativa do pessoal penitenciário e criação de programas de capacitação;
- Cadastramento prioritário das equipes médicas na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional;
- Aparelhamento, pelo governo estadual, com apoio financeiro do Depen, dos ambulatórios e unidades básicas de saúde do Complexo do Curado, Barreto Campelo, Igarassu, Itamaracá, Cotel e Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico;
- Doação de veículos ao sistema prisional pelo Depen;
- Fortalecimento da Ouvidoria e Corregedoria Prisional do Estado;
- Implantação, pelo governo estadual, de programa de supressão de armamentos letais dentro dos estabelecimentos prisionais;
- Instalação de Comitê de Monitoramento Local para acompanhar essas metas, composto pelo governo estadual, TJPE, MPPE, Defensoria Pública, Conselho Penitenciário do Estado, com colaboração do Ministério da Justiça, CNJ e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Assunto: Governos estadual e federal divulgam medidas emergenciais para o sistema prisional	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 26/02/2015
Editoria:	Seção:



Governos estadual e federal divulgam medidas emergenciais para o sistema prisional

Foram assegurados R\$ 82 milhões para construção do presídio de Araçoiaba

O Governo do Estado de Pernambuco e o Governo Federal, por meio do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (Depen), divulgaram um conjunto de medidas e esforços, em caráter de emergência, para buscar soluções voltadas para superação e atenuação dos problemas no sistema prisional do estado. Em nota oficial, o governo estadual acrescenta que as ações contam com a colaboração do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

O Depen e o governo do estado anunciaram nesta quarta-feira que foram assegurados R\$ 82 milhões para construção do presídio de Araçoiaba. A unidade terá 2.574 vagas. O estado dará contrapartida de R\$ 37 milhões. Também ontem, uma comitiva de representantes do departamento, da Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário e governo do estado visitou o Complexo do Curado.

Quarenta e oito defensores públicos de Pernambuco e outros estados começam, na segunda-feira, a atender detentos do complexo. Eles vão atuar até o dia 13 de março nos pedidos de liberdade e benefícios dos presos. Segundo o diretor-geral do Depen, Renato Campos, as ações também incluem doação de equipamentos de segurança, como raio x, detectores de metal e veículos-cela, requalificação de servidores, implementação de audiência de apresentação e a melhoria das unidades de saúde do complexo.

O secretário de Justiça e Direitos Humanos, Pedro Eurico, disse que as reformas na estrutura e a instalação da central de monitoramento devem começar em março e estão orçadas em R\$ 16,3 milhões.

Confira, na íntegra, o documento com o conjunto de medidas para o sistema prisional de Pernambuco:

O Governo do Estado de Pernambuco e o Governo Federal, por meio do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, reafirmam o propósito de conjugação de esforços, em caráter de emergência, no sentido de buscar soluções voltadas à superação e atenuação dos problemas, com a colaboração do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Dentro de suas responsabilidades legais, os pactuantes se comprometem com as seguintes medidas:

SOBRE PRESOS PROVISÓRIOS

- Apresentação de proposta ao Poder Judiciário de implementação da audiência de apresentação dos presos em flagrante, para qualificar o processo decisório de aplicação de alternativa penal ou prisão provisória;
- Implementação, pelo Governo do Estado, com apoio de recursos federais, de serviço de alternativas penais e monitoração eletrônica (tornozeleiras), no fórum criminal da capital, de forma a dar o suporte adequado para o controle do cumprimento das condições fixadas judicialmente;

SOBRE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DOS PRESOS

- Disponibilização, pela Defensoria Pública, de 48 defensores públicos, mobilizados pelo CONDEGE - Colégio Nacional de Defensores Gerais, com apoio financeiro do DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional, para atendimento das pessoas privadas de liberdade e revisão da situação processual dos presos do Complexo do Curado, com possibilidade de extensão do projeto para o interior do Estado;
- Estudo, pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, da possibilidade de nomeação de novos defensores públicos;
- Classificação, pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, de defensores na área criminal e de execução criminal, com atribuição de efetuar atendimentos dentro dos estabelecimentos prisionais;
- Aprimoramento do fluxo do julgamento de processos de execução penal (videoconferência) e criação de estruturas de apoio (SERVECs) para otimização das rotinas cartorárias pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, com apoio do CNJ - Conselho Nacional da Justiça.

SOBRE OBRAS

- Aceleração, pelo Governo do Estado, das obras com recursos federais do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, no Complexo de Araçoiaba, para construção de 2.754 vagas no sistema carcerário pernambucano, com o incremento da contrapartida do Estado, e o apoio financeiro e assistência técnica do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça;
- Conclusão, pelo Governo do Estado, da primeira etapa da reforma do Complexo do Curado;
- Implantação de programa de manutenção continuada e reforma dos estabelecimentos prisionais pelo Governo do Estado.

SOBRE GESTÃO E PESSOAL

- Implantação de programa de recomposição gradativa do pessoal penitenciário e modernização da atividade-meio do sistema prisional, pelo Governo do Estado;
- Criação de programas de capacitação, a partir da Escola Nacional de Serviços Penais do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e da reformulação, pelo Governo do Estado, da Escola Penitenciária do Estado de Pernambuco;
- Cadastramento prioritário das equipes médicas, pelo Governo do Estado, no contexto da PNAISP – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional, em articulação com o Ministério da Saúde;
- Aparelhamento e reaparelhamento, pelo Governo do Estado, com apoio financeiro do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, dos ambulatórios e Unidades Básicas de Saúde do Complexo do Curado, Hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, Barreto Campelo, Igarassu e Apae (Itamaracá) e Cotel - Centro de Triagem Professor Everardo Luna;
- Doação, pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, de equipamentos tecnológicos de inspeção, com detectores de metais: 22 detectores do tipo pórtico, 77 detectores do tipo manual, 33 detectores do tipo banqueta e 6 aparelhos de raio-x;
- Doação de veículos ao sistema prisional de Pernambuco, pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça;
- Fortalecimento da Ouvidoria e da Corregedoria Prisional pelo Governo do Estado;
- Implantação, pelo Governo do Estado, de programa de supressão de armamentos letais no perímetro interno dos estabelecimentos prisionais;
- Realização de estudos pelo Governo do Estado para implementação de monitoração do complexo do Curado por sistema de câmeras (CFTV).

MONITORAMENTO DO CONJUNTO DE MEDIDAS

- Criação de Comitê de Monitoramento Local deste conjunto de medidas, coordenado pelo Governo do Estado e composto por:

Governo do Estado;

Tribunal de Justiça do Estado;

Ministério Público do Estado;

Defensoria Pública do Estado;

Conselho Penitenciário do Estado; com a colaboração do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, do Conselho Nacional de Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Assunto: OAB entra na justiça para anular reeleição de Guilherme Uchoa no comando da Assembleia	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 26/02/2015
Editoria:	Seção:



OAB entra na justiça para anular reeleição de Guilherme Uchoa no comando da Assembleia



Foto: Blenda Souto Maior/DP/D.A Press/Arquivo

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seccional de Pernambuco, entrou com uma ação na Justiça estadual visando impugnar a reeleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa realizada no dia 1º de fevereiro. A eleição reconduziu ao cargo de presidente, pela quinta vez consecutiva, o deputado Guilherme Uchoa (PDT), e ao cargo de 4º secretário, pela terceira vez, o deputado Eriberto Medeiros (PTC). A OAB-PE ajuizou uma ação civil pública na manhã desta quarta-feira (23).

O processo, distribuído para a 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, tombado sob o nº 0008758-92.2015.8.17.0001, pretende anular os atos de homologação das candidaturas e consequente eleições dos aludidos deputados, por vício de inconstitucionalidade. A ação traz pedido de liminar para que sejam, desde já, suspensos os efeitos dos atos impugnados e, por consequência, afastados os réus dos cargos de presidente e 4º secretário da Alepe, até julgamento final da ação.

A redação da petição inicial teve a participação dos integrantes da Comissão de Estudos Constitucionais (CEC), e a impetração foi deliberada por votação unânime na sessão do

Conselho Pleno da OAB-PE, realizada na noite da segunda-feira (23). Na ocasião, o jurista Glauco Salomão Leite, integrante da CEC da OAB-PE, apresentou argumentações detalhadas da ação, que respaldam a inconstitucionalidade da reeleição dos dois deputados para os citados cargos da Mesa Diretora.

“A ação proposta visa defender a Constituição do Estado de Pernambuco, uma das missões primordiais da OAB, para que seja respeitado o princípio da alternância no poder, concretizado pela Emenda nº 33/2011 em relação às eleições da direção da Alepe“, destacou o presidente da OAB-PE, Pedro Henrique Reynaldo Alves. Ele lembra que a inconstitucionalidade da reeleição do deputado Guilherme Uchoa, pela quinta legislatura consecutiva, já tinha sido confirmada pela CEC, presidida pelo jurista Ivo Dantas, em parecer encaminhado para a Assembleia Legislativa.

Assunto: Servidores do Judiciário fazem paralisação nesta quinta	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 26/02/2015
Editoria:	Seção:



Servidores do Judiciário cruzam os braços, nesta quinta



Apenas audiências de emergência serão realizadas nesta quinta-feira

O Poder Judiciário de Pernambuco não funcionará nesta quinta-feira (26). Os servidores de todo o estado fazem paralisação e se concentram na frente dos fóruns durante o dia. A categoria quer a progressão funcional, que significa a implantação do Plano de Carreira. A assembleia geral será realizada no dia 5 de março. A mobilização vai afetar milhares de pernambucanos. Somente no Fórum do Recife transitam cerca de sete mil pessoas por dia.

Mas, apenas serviços de urgência serão feitos nesta quinta-feira. Estão incluídos liminares de planos de saúde ou alimentos e questões sobre réus presos. "Terá uma triagem e só haverá audiências urgentes. Isso também serve para a distribuição dos processos", informou o presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado, Marco Albuquerque.

Se enquadram no grupo de servidores que cruza os braços amanhã: oficiais de Justiça, técnicos judiciários, auxiliares e analistas. De acordo com informações da assessoria de imprensa do Poder Judiciário, somente os magistrados não participam.

"Esse plano valoriza a carreira dos servidores e vem sendo negociado com a presidência do Tribunal há um ano", afirmou o Marco Albuquerque. De acordo com ele, três

entidades articulam a paralisação: os sindicatos dos Oficiais de Justiça e dos Servidores do Judiciário, e Associação dos Servidores do Poder Judiciário.

Ainda segundo o presidente, o que falta para a implantação do Plano de Carreira é o estado repassar os valores, viabilizando o orçamento do Tribunal. "Pernambuco é um dos estados que menos investe no Judiciário. Em 2013, por exemplo, somente o Estado do Acre investia menos que Pernambuco", completou Albuquerque.

Assunto: Servidores do Judiciário paralisados. Todos os fóruns serão afetados	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 26/02/2015
Editoria:	Seção:



Servidores do Judiciário paralisados. Todos os fóruns serão afetados

O Poder Judiciário de Pernambuco não funciona nesta quinta-feira (26). Os servidores de todo o estado fazem paralisação e se concentram na frente dos fóruns durante o dia. A categoria quer a progressão funcional, que significa a implantação do Plano de Carreira. A mobilização vai afetar milhares de pernambucanos. Somente no Fórum do Recife transitam cerca de sete mil pessoas por dia.

Apenas serviços de urgência serão feitos nesta quinta-feira. Estão incluídos liminares de planos de saúde ou alimentos e questões sobre réus presos. "Terá uma triagem e só haverá audiências urgentes. Isso também serve para a distribuição dos processos", informou o presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado, Marco Albuquerque.

Se enquadram no grupo de servidores que cruzam os braços nesta quinta: oficiais de Justiça, técnicos judiciários, auxiliares e analistas. De acordo com informações da assessoria de imprensa do Poder Judiciário, somente os magistrados não participam.

"Esse plano valoriza a carreira dos servidores e vem sendo negociado com a presidência do Tribunal há um ano", afirmou o Marco Albuquerque. De acordo com ele, três entidades articulam a paralisação: os sindicatos dos Oficiais de Justiça e dos Servidores do Judiciário, e Associação dos Servidores do Poder Judiciário.

A assembleia geral será realizada no dia cinco de março. Ainda segundo o presidente, o que falta para a implantação do Plano de Carreira é o estado repassar os valores, viabilizando o orçamento do Tribunal. "Pernambuco é um dos estados que menos investe no Judiciário. Em 2013, por exemplo, somente o Estado do Acre investia menos que Pernambuco", completou Albuquerque.

Assunto: Defesa de acusado da morte de médico vai analisar prova do crime	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 26/02/2015
Editoria:	Seção:



Defesa de acusado da morte de médico vai analisar prova do crime

Mais de dez meses após a morte do cirurgião torácico Artur Eugênio de Azevedo, 36 anos, a defesa de um dos acusados do crime conseguiu na Justiça uma autorização para analisar a principal prova apresentada pela polícia. Divulgada com exclusividade pelo blog e pelo Diário de Pernambuco durante a investigação, a garrafa plástica encontrada perto do carro da vítima completamente carbonizado, segundo a perícia, tem as marcas das digitais do barachel em direito Cláudio Amaro Gomes Júnior.

Assunto: R\$ 82 milhões para o sistema carcerário	
Veículo: folhape	Data: 26/02/2015
Editoria:	Seção:



R\$ 82 milhões para o sistema carcerário

Recurso está entre medidas anunciadas pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos

A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) apresentou na tarde desta quarta-feira, um conjunto de medidas para melhorar o Sistema Carcerário de Pernambuco. As ações foram decididas em parceria com Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), que estiveram no Estado e visitaram as três unidades do Complexo do Curado, onde cinco pessoas morreram no início do ano, durante rebeliões. Entre as ações está a liberação de R\$ 82 milhões do Governo Federal e mais R\$ 37 milhões do orçamento pernambucano para realização das obras do Complexo de Araçoiaba.

Felipe Ribeiro/Folha de Pernambuco



Reunião entre entidades traçou novo plano de ações

Uma das principais medidas é a implantação da audiência de apresentação. A iniciativa deverá melhorar a situação dos presos provisórios, que hoje compõem 61% da população carcerária do Estado, quando a média nacional é de 41%. “Isso permitirá a utilização de medidas cautelares, antes do julgamento. Dessa forma, 24 horas após a pessoa ser presa em flagrante, ela será apresentada ao juiz, que decidirá se o acusado vai responder ao crime em liberdade ou preso.

Para tomar a decisão, o magistrado analisará se o suspeito é réu primário, não está ligado a facções e se o crime é de menor potencial. Só essa medida poderá frear o aumento da população carcerária provisória”, explicou o diretor geral do Depen, Renato Campos Pinto De Vitto.

Antes da implantação da audiência de apresentação, vai entrar em funcionamento do projeto Defensoria Sem Fronteira, que começará em 2 de março e vai até o dia 13. Na ocasião, 48 advogados do Brasil todo vão atender aos casos dos presos do Complexo do Curado. O dinheiro para custear as despesas será dado pelo Governo Federal, que bancará, ainda, as obras do Complexo de Araçoiaba, com R\$ 82 milhões. Serviço que o Governo de Pernambuco irá bancar R\$ 37 milhões. Quando tudo estiver pronto, serão mais 2.754 vagas.

Ficou combinado ainda, na reunião desta quarta-feira, a melhoria das unidades de saúde do Complexo do Curado, HCTP, Cotel, Barreto Campelo, Igarassu e PAE. Além disso, o Depen se comprometeu em doar veículos para o transporte de presos. Enquanto isso, o

Estado deverá melhorar o sistema de Ouvidoria e implantar o programa de supressão de armas de fogo dentro dos presídios.

DISPOSITIVOS - O Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça se comprometeu em comprar novos equipamentos de monitoramento eletrônico para o Estado. Serão 132 detectores de metais e seis aparelhos de raio-x.

Assunto: Ação judicial contra reeleição de Guilherme Uchoa	
Veículo: folhape	Data: 26/02/2015
Editoria:	Seção:



Ação tardia resgata sequelas

A ação que a OAB-PE protocolou, na Justiça estadual, com o objetivo de impugnar as reeleições do presidente da Alepe, Guilherme Uchoa e do 4º secretário, Eriberto Medeiros, chega tardiamente. Apesar de o assunto ser antigo e vir sendo debatido pela Ordem desde a legislatura passada, a iniciativa, tão alardeada, durou quase um mês para ser consolidada. O processo, distribuído para a 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, de número 0008758-92.2015.8.17.0001 - que visa a anular os atos de homologação das candidaturas, alegando “vício de inconstitucionalidade” - surge quando o debate já esfriou e a pressão, outrora exercida sobre o presidente, que comanda a Alepe pela quinta vez consecutiva, já não resiste mais. A ação, que traz pedido de liminar para que sejam afastados dos cargos os réus, entretanto, traz de volta à pauta os problemas na condução política da gestão Paulo Câmara, que cercaram o referido processo eleitoral, deixando sequelas.

Assunto: MPPE requer novas unidades da Funase	
Veículo: folhape	Data: 26/02/2015
Editoria:	Seção:



MPPE requer novas unidades da Funase

Solicitação dos promotores de Justiça ainda será analisada por um juiz

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) ingressou com uma ação civil pública no Tribunal de Justiça para exigir do Governo de Pernambuco a construção de 13 unidades de cumprimento de medidas socioeducativas para adolescentes, como foi acordado entre o Estado e o MPPE, em 2011. No acordo, ficou firmado que as obras deveriam ficar prontas até o dia 31 de dezembro de 2014. A solicitação foi entregue na Vara Regional da Infância e Juventude da Primeira Circunscrição, requerendo a execução das obras em um prazo máximo de 12 meses. O pedido ainda será analisado pelo juiz.

A ação é de autoria dos promotores de Justiça Josenildo da Costa Santos e Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda. Segundo eles, caso a Justiça determine a construção das unidades, a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) e o Governo deverão apresentar em até 30 dias o cronograma das obras, sob pena de multa diária por atraso de R\$ 3 mil. O MPPE pleiteia também, caso as unidades não estejam em funcionamento ao fim do prazo de 12 meses, que o juiz proíba o encaminhamento de novos adolescentes infratores aos prédios já existentes.

De acordo com os promotores, em uma inspeção feita em janeiro deste ano nas três maiores unidades da Funase, localizadas no Recife, Cabo e Abreu e Lima, constatou-se que nelas estavam 718 jovens. Dessa forma, segundo eles, estaria ocorrendo violação dos direitos fundamentais dos adolescentes. “A resolução nº 46 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente estabelece o número máximo de 40 internos para cada unidade. Então, para atender à legislação, deveriam existir em Pernambuco 18 unidades somente para receber esses adolescentes”, explicou, por meio da assessoria, o promotor Josenildo Santos.

A Funase informou que no período do acordo foram inauguradas três unidades masculinas (Cases de Timbaúba e Pacas, além do Cenip de Garanhuns). E que outras estão sendo feitas como os Cases Cabo II, Jaboatão e Arcoverde, além do Cenip Recife, que estão orçados em mais de R\$ 90 milhões. O não cumprimento total do acordo com o MPPE ocorreu, ainda segundo a Funase, por causa de alguns fatores, entre eles, o processo eleitoral, as reformas administrativas do Estado e mudanças de estruturas de secretarias.

Agentes - Foram nomeados 126 aprovados no concurso público para agente penitenciário do Estado, na última terça-feira (24), segundo o Diário Oficial da União. As nomeações ocorrem após a crise instaurada no sistema penitenciário. No início do mês, 06 de fevereiro, a Seres já havia homologado a decisão a respeito dessas convocações.

Assunto: Central de Conciliação de Petrolina já realizou mais de 2 mil acordos	
Veículo: NE10	Data: 26/02/2015
Editoria:	Seção:



Em menos de um ano de funcionamento, Central de Conciliação de Petrolina já realizou mais de 2 mil acordos



A Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem de Petrolina já realizou mais de 2 mil acordos desde abril de 2014, quando começou a funcionar. Sob a coordenação do juiz de direito, Dr. Francisco Josafá Moreira, a Central promove a solução de conflitos por meios e técnicas consensuais, mediante o registro do pedido de mediação/conciliação/arbitragem por iniciativa das partes.

De uma forma simplificada, o cidadão pode comparecer ao balcão de atendimento para solicitar uma sessão de conciliação, visando à solução amigável de conflitos referentes à cobrança em geral e ao direito de família, como divórcio, alimentos, reconhecimento de paternidade, guarda, regulamentação de visita, partilha de bens, além de outros que a lei autorize a autocomposição.

Após o registro do pedido no sistema informatizado, a sessão de mediação/conciliação é automaticamente agendada sendo expedida carta-convite aos interessados, o que possibilita uma agilização na solução do conflito. Havendo acordo, o respectivo termo será submetido à homologação por sentença, formando assim um título executivo judicial passível de execução em caso de descumprimento. A Central de Conciliação de Petrolina está situada na Rua São Francisco, nº 549, bairro Atrás da Banca, área central da cidade, e os telefones de contato são (87) 3866-9588 e 3866-9580. O atendimento ao público acontece das 7h às 13h. (foto/divulgação)

Assunto: Servidores do Judiciário realizam paralisação	
Veículo: NE10	Data: 26/02/2015
Editoria:	Seção:



NESTA QUINTA

**Judiciário
realiza
paralisação**

Assunto: Servidores do Judiciário realizam paralisação	
Veículo: NE10	Data: 26/02/2015
Editoria:	Seção:



Judiciário de Pernambuco realiza paralisação nesta quinta-feira

Os servidores do Judiciário de todo o estado realizam paralisação, nesta quinta (26) em todo o Estado. Haverá concentração em frente ao Fórum do Recife, que contará com carro de som, como também nos demais fóruns de Pernambuco. Os servidores explicam que a iniciativa é continuidade das ações em prol da luta pela progressão funcional. A assembleia ainda acontece em 5 de março.

Assunto: CNJ sugere medidas para situação carcerária de Pernambuco	
Veículo: CNJ	Data: 26/02/2015
Editoria:	Seção:



CNJ sugere pacote de medidas para melhoria do sistema penitenciário de Pernambuco

Próxima reunião está marcada para dia 10, em Brasília.

Assunto: CNJ sugere medidas para situação carcerária de Pernambuco	
Veículo: CNJ	Data: 26/02/2015
Editoria:	Seção:



CNJ sugere pacote de medidas para melhoria do sistema penitenciário de Pernambuco

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o governo do Estado de Pernambuco e o Tribunal de Justiça do Estado (TJPE) estão discutindo a implantação de um pacote de medidas voltadas para a melhoria do sistema prisional. As medidas foram apresentadas pelo coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ, Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi, ao governador de Pernambuco, Paulo Câmara, e ao presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, em reuniões realizadas na quarta-feira (25/2) em Recife (PE).

A principal proposta do CNJ é a implantação do projeto Audiências de Custódia na capital pernambucana, que deve ocorrer até o começo do segundo semestre. No início da tarde, os detalhes do projeto foram apresentados pelo coordenador do DMF ao presidente do TJPE, ao juiz titular da 1ª Vara de Execuções Penais do TJPE, Luiz Rocha, e a juízes e desembargadores das câmaras criminais.

O projeto, desenvolvido pelo CNJ em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) e o Ministério da Justiça, consiste na rápida apresentação dos presos a um juiz nos casos de prisões em flagrante, para que possa ser feita uma primeira avaliação sobre o cabimento e a necessidade de manutenção da prisão ou a imposição de medidas alternativas ao cárcere. O objetivo do presidente do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski, é levar o projeto a todas as capitais do País, após o desenvolvimento do projeto-piloto em São Paulo.

“A Justiça de Pernambuco tem todo o interesse em apoiar projetos que tenham como foco a melhoria da prestação jurisdicional. Acho o projeto muito interessante e com certeza queremos conhecer melhor a experiência”, afirmou o presidente do TJPE. Uma equipe de juízes e desembargadores da área de execução penal deverá ir a São Paulo conhecer detalhes do projeto.

Videoconferência – Em janeiro desse ano, o governador Paulo Câmara chegou a decretar estado de emergência no sistema prisional de Pernambuco depois que rebeliões no Complexo do Curado, o maior do Estado, resultaram na morte de três pessoas e em dezenas de feridos. O pacote de medidas sugerido pelo CNJ prevê também a criação de uma força-tarefa voltada para o levantamento e julgamento de pedidos de indulto e comutação de pena e o uso de videoconferências nos presídios para a realização de audiências envolvendo a concessão de benefícios.

Segundo a proposta apresentada pelo CNJ, membros do Poder Executivo, do Poder Judiciário (TJPE e CNJ), do Ministério Público, da Defensoria Pública e da OAB formarão uma força-tarefa para mapear os presos que preenchem os requisitos para a concessão de indulto ou comutação de pena previstos nos Decretos Presidenciais nº 8.172/2013 e nº 8.380/2014. O levantamento dos presos habilitados ao indulto e à comutação seria feito a partir do cruzamento de informações entre o TJPE, o governo estadual e a Força Nacional da Defensoria Pública.

O projeto estabelece ainda uma rotina de ações a serem implementadas pelos vários órgãos participantes do projeto para preparar o julgamento dos pedidos. A ideia é criar uma rede permanente de articulação entre estes órgãos para que seja implementada uma rotina de preparação de expedientes, processamento e julgamento dos pedidos de indulto e comutação.

Para dar mais agilidade à instrução e ao julgamento dos pedidos seriam feitas audiências por videoconferência diretamente nos presídios. A duração da força-tarefa deve ser de um mês. “A preparação do processo que será levado a julgamento será organizada de forma diferente, com uma triagem inicial, de forma que só seja levado a julgamento o que realmente pode ser resolvido”, explica o coordenador do DMF.

Parceria – O juiz Luiz Rocha, titular da 1ª Vara de Execuções Penais, destacou a mudança na forma como o CNJ vem discutindo soluções para os problemas do Estado. “É uma nova forma de tratativa, que chega num momento delicado. O ponto alto é o modelo de parceria, sem verticalização, procurando soluções de consenso e permitindo que o tribunal examine a adequação delas às peculiaridades do estado”, afirmou o magistrado.

No final do dia as propostas também foram apresentadas ao governador Paulo Câmara, ao secretário Estadual de Justiça e Direitos Humanos, Pedro Eurico, a membros da Defensoria Pública e a outras autoridades locais, em reunião realizada na sede do governo. “Tivemos o apoio do governador para discutir a implementação das audiências de custódia ainda no começo do segundo semestre”, afirmou o secretário Pedro Eurico. Os próximos passos para a adesão do Estado de Pernambuco ao projeto serão discutidos no próximo dia 10, em uma reunião em Brasília.

Tatiane Freire
Agência CNJ de Notícias